

**UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA**  
**Departamento de Graduação**

José Sansão Liture

A Paz em Santo Agostinho: que contributo para Moçambique?

Licenciatura em Filosofia

**Mestre Elias Judite Macucua**

Maputo, Agosto de 2024

**UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA**  
**Departamento de Graduação**

José Sansão Liture

Licenciatura em Filosofia

**A Paz em Santo Agostinho: que contributo para Moçambique?**

**Tutor: Mestre Elias Judite Macuacua**

Monografia apresentada à Faculdade de Filosofia da Universidade Eduardo Mondlane como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em Filosofia

Maputo, Agosto de 2024

## **Declaração de Honra**

Declaro por minha honra que este trabalho é resultado da minha pesquisa sob orientação do meu supervisor Mestre Elias Macuacua , na sua essência, nunca foi apresentado para obtenção de qualquer grau ou em qualquer outro fórum, estando devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas as fontes usadas.

## **O Estudante**

---

José Sansão Liture

## **Dedicatória**

À minha progenitora, Palmira Armando, que me deu a luz e mostrou caminhos. À minha amada esposa pelo apoio incondicional e, de forma especial, aos meus filhos Nani e Paty, razão de todo empenho.

## **Agradecimentos**

É como referem as escrituras sagradas, juntos somos fortes e há um ser sobrenatural que tem cuidado de nós. Em primeiro lugar, agradeço à Deus pela vida e protecção ao longo do processo, certamente, sem ele nada teria sido possível. À minha parceira, amiga, esposa e mãe dos meus filhos, sua presença é inalienável na minha vida. Aos docentes da Faculdade de Filosofia, em cada semestre, disciplina, foi notório o esforço de transmitir os conhecimento com mestria e amizade e cada debate produziu em nós, especialmente, em mim, um sentimento motivador. Aos meus colegas que desde o ano de 2015 juntos caminhamos sem priorizar as nossas diferenças, buscamos, sempre a construção do conhecimento.

## **Resumo**

A maior parte dos problemas sociais e políticos que as nossas sociedades modernas derivam da não existência de diálogo entre os membros da sociedade. Muitas vezes, dentro da sociedade, existem actores sociais que são excluídos em diversas actividades, pode ser na tomada de uma decisão, pontos de vistas, aprovação de certas leis, a má distribuição das economias ou receitas públicas, pode se dar exemplo de partidos ,governo, povo e sociedade civil, como consequência disso, surgem conflitos e violências que perigam a paz. Com esta pesquisa procura-se reflectir os mecanismos para manter a paz boa convivência dos indivíduos dentro de uma sociedade, de forma particular, moçambicana. Pensa-se que é a partir da identificação dos obstáculos da paz que se pode ter de procurar meios de ultrapassá-los de modo a construir uma sociedade de paz. Santo Agostinho é um filósofo da idade média, sobretudo, a sua obra “Cidade de Deus” é um magno ensaio sobre Paz e felicidade. Nesta obra como veremos, Agostinho parte do pressuposto de que a paz é uma missão confiada aos homens de boa vontade que, dentro de suas casas, cidades e zonas rurais, devem cuidar uns dos outros. Com este fundamento, ele traz uma grande contribuição para a contemporaneidade, e é desta forma que o autor nos interessa como forma de nos auxiliares a reflectir a problemática da Paz na nossa sociedade.

**Palavras-Chave:** Paz, Sociedade, Felicidade, Violência e Guerra.



## **Abstract**

Most of the social and political problems that our modern societies have derive from the lack of dialogue between members of society. Often, within society, there are social actors who are excluded in various activities, it can be in the making of a decision, views, approval of certain laws, the poor distribution of savings or public revenues, an example can be given of parties between parties, parties with the people, the government and people, government and civil society, as a consequence of this, conflicts and violence arise that endanger peace. This research seeks to reflect the mechanisms for maintaining peace and good coexistence of individuals within a society, particularly in Mozambique. It is thought that it is by identifying the obstacles to peace that one can look for ways to overcome them in order to build a society of peace. Saint Augustine is a philosopher of the Middle Ages, above all, his work “City of God” is a magnificent essay on Peace and happiness. In this work, as we will see, Augustine starts from the assumption that peace is a mission entrusted to men of good will who, within their homes, cities and rural areas, must take care of each other. With this foundation, he makes a great contribution to contemporary times, and it is in this way that the author interests us as a way of helping us reflect on the issue of Peace in our society.

**Keywords:** Peace, Society, Happiness, Violence and War.





## Índice

Declaração de Honra.....	i
Dedicatória.....	ii
Agradecimentos .....	iii
Resumo .....	iv
Abstract.....	vi
INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO I: CONCEPTUALIZAÇÃO E ITINERÁRIO HISTÓRICO SOBRE A PAZ ....	10
1. Conceptualização da paz.....	10
1.1 O conceito de paz.....	11
1.2 A paz na idade antiga .....	11
1.3 A paz na idade média .....	14
1.3.1 A tradição romana .....	14
CPÍTULO II: CONCEPÇÃO DA PAZ EM SANTO AGOSTINHO .....	16
2.Noção agostiniana de paz .....	16
2.1 Os níveis ou modelos de Paz em Santo Agostinho.....	19
2.2 Paz como cessão de Guerra .....	19
2.3 Paz como ordem imposta.....	20
2.4 Paz como forma de vida .....	20
2.5 Paz como dom prometido .....	22
2.6. Críticas ao pensamento de Santo Agostinho.....	23
2.7. A República de Moçambique é um Estado laico .....	23
CAPÍTULO III: CONTRIBUIÇÃO AGUSTINIANA SOBRE A PAZ – CASO DE MOÇAMBIQUE .....	24
3. Contexto moderno sobre a paz .....	24
3.1. Movimentos pacifistas do século XX.....	26
3.2.A paz na idade contemporânea .....	27
4. Breve historial da paz em Moçambique .....	28
4.1. Os desafios para o alcance da paz efectiva em Moçambique.....	32
4.2. A paz agostiniana como proposta para a efectivação da paz na sociedade moçambicana	33
CONCLUSÃO.....	39

## INTRODUÇÃO

A presente monografia científica subordina-se ao tema: “*A paz em Santo Agostinho: Reflexão Sobre seu Contributo no Contexto Moçambicano*” e emerge como um requisito para a obtenção do grau de licenciatura em Filosofia pela Universidade Eduardo Mondlane

A perspectiva ou a ausência da paz é um problema que é debatido desde a antiguidade. Hoje, a sociedade actual, a nível mundial de forma geral e em Moçambique de forma específica, depara-se com problemas de natureza social e políticos.

O problema político de forma específica, na nossa sociedade que resulta entre partidos políticos que muitas das vezes nós mergulhamos num conflito de violência armada, o que dificulta a efectivação da Paz na nossa sociedade.

Partindo do pressuposto de que muitos problemas sociais e políticos que as nossas sociedades modernas têm, em parte, derivam da não existência de diálogo entre os membros da sociedade. Muitas vezes, dentro da sociedade existe actores sociais que são excluídas em diversas actividades, na tomada de uma decisão, pontos de vistas, aprovação de certas leis, a má distribuição das economias ou receitas públicas, entre partidos, partidos com o povo, o governo e povo, governo e sociedade civil, como consequência disso, surgem conflitos e violências que perigam a paz.

Surge a necessidade de resolver, de modo a reconstruir uma sociedade de paz e harmonia social. É preciso buscar mecanismos para efectivar a paz. Sendo assim, levanta-se a seguinte questão de pesquisa: *até que ponto a paz proposto por Santo Agostinho pode ser uma via para efectivação da paz na sociedade moçambicana?*

A temática a paz em Santo Agostinho: que contributo para Moçambique pode ser relevante na medida em que procura reflectir os mecanismos para manter a paz e boa convivência dos indivíduos dentro de uma sociedade, de forma particular, moçambicana. Pensa-se que é a partir da identificação dos obstáculos da paz que se pode ter de procurar meios de ultrapassá-los de modo a construir uma sociedade de paz.

Santo Agostinho é um filósofo da idade média que viveu reflectindo sobre como construir uma sociedade alicerçada de Paz. Suas obras procuram abordar os problemas e trazer soluções a esta temática. A sua obra “Cidade de Deus” é um magno ensaio sobre Paz e felicidade. Nesta obra Agostinho, parte do pressuposto de que a paz é uma missão confiada aos homens de boa

vontade que, dentro de suas casas, cidades e zonas rurais, devem cuidar uns dos outros, devem ter em mente, sempre em primeiro lugar, está a serviço do outro, do mais próximo e, muitas vezes, abandonado. Com este fundamento, ele traz uma grande contribuição para a contemporaneidade, e é desta forma que o autor nos interessa como forma de nos auxiliar a reflectir a problemática da Paz na nossa sociedade.

A escolha do tema, no sentido pessoal, deve-se ao facto de ter constatado que a parte dos problemas que enfrentamos actualmente na nossa sociedade é derivada a fragilidade da paz o que gera violência e conflitos, o que me leva a propor a paz agostiniana como forma de reflectir sobre esses problemas e propor possíveis soluções.

Sob ponto de vista social espera-se que esta pesquisa científica ligada a este tema desperte a sociedade interesse, contribuindo, assim, no contexto social e político, na medida que procura reflectir mecanismos de resolução de problemas sociopolíticos, tendo de construir uma estabilidade e um país harmonioso alicerçada na paz que procura o bem para todos.

Portanto sob o ponto de vista académico, espera-se que essa pesquisa contribua para o avanço do conhecimento científico, e também sirva de auxílio para outras pesquisas que deverão ser desenvolvidas, ligadas com este tema.

Reflectir sobre a paz em Santo Agostinho: um contributo para Moçambique

- Contextualizar o debate histórico-filosófico da problemática da Paz;
- Analisar o fundamento da Paz no pensamento de Santo Agostinho;
- Apresentar as contribuições do pensamento de Santo Agostinho para a Paz na sociedade moçambicana.

## **CAPÍTULO I: CONCEPTUALIZAÇÃO E ITINERÁRIO HISTÓRICO SOBRE A PAZ**

### **1. Conceptualização da paz**

O estudo da paz é, notoriamente, multidisciplinar e complexo. A coexistência de tendências díspares do pensamento nas Ciências Políticas dificulta ainda mais a compreensão e o trabalho de análise sobre o significado real de paz. Desse modo, a ideia principal é tentar listar alguns conceitos relevantes nas Ciências Políticas, oferecendo uma base teórica para quem se predispor a estudar o tema paz (DICIONÁRIO, 1997 p.27).

## 1.1 O conceito de paz

A palavra paz, usualmente, significa a ausência da guerra. Os termos guerra e paz seriam, nesse caso, opostos, antônimos. São, portanto, situações extremas. E estão, de facto, situadas em pólos opostos. Mas entre uma e outra existem situações e estágios intermediários.

Johan Galtung (1995) tenta definir melhor a palavra paz ao apontar os conceitos de uma paz negativa e de uma paz positiva. A paz negativa, segundo esse ilustre professor, é a mera ausência da guerra, o que não elimina a predisposição para ela ou a violência estrutural da sociedade. A paz positiva, por outro lado, implica ajuda mútua, educação e interdependência dos povos. A paz positiva vem a ser não somente uma forma de prevenção contra a guerra, mas a construção de uma sociedade melhor, na qual mais pessoas comungam do espaço social.

Concordando com Galtung, evolui-se da polarização guerra e paz para, no mínimo, três estágios distintos: a guerra, a paz negativa e a paz positiva. Uma maior reflexão ainda se faz necessária sobre as situações que envolvem guerra e paz. No entanto, em um primeiro momento, pode-se identificar: a guerra declarada e em curso, a chamada guerra fria, a preparação para a guerra ou para a eventualidade da guerra, a guerrilha, o terrorismo, a violência estrutural, a nãocooperação da paz negativa e, finalmente, a paz verdadeira ou, utilizando-se o termo de Galtung, a paz positiva. (ENCICLOPÉDIA,2005 p.60)

## 1.2 A paz na idade antiga

Os primeiros conceitos que reflectem sobre a paz se podem encontrar nas civilizações gregas segundo os versos de Hesíodo, *Eirene*, a Paz, é uma das três *Horas*, filhas de Têmis e de Zeus (HESÍODO, 1995, p. 157, v. 901-903). As *Horas* - Equidade, Justiça e Paz – são figuras das estações, divindades da natureza, zeladoras do ciclo da vegetação. *Eirene* é conhecida como a Deusa dos Frutos, representada tendo nas mãos ou Plutão, deus da riqueza, menino, ou a cornucópia ou um ramo de oliveira ou, ainda, um caduceu, uma espécie de archote virado para baixo com espigas de trigo: em todos os casos, trata-se de um símbolo que evoca prosperidade, abundância e fartura.

É importante observar esta associação da paz com a justiça e a equidade, expressa como uma relação familiar. Ligada ao equilíbrio da natureza e da *pólis*, a simbólica grega da paz se associa tanto à noção de harmonia e beleza, como a de ausência de perturbação. Há uma ordem na natureza que garante a abundância e a fecundidade da vida, cabendo aos humanos não atentar

ou quebrar este sentido harmónico dado pelos deuses. A filosofia estóica e epicurista, com seus ideais de vida sem paixões e de serenidade da alma serão expressões destes ideais.

Depois do tratado de paz de 371 a. C que pôs fim aos conflitos entre Atenas e Esparta, uma estátua de bronze de *Eirene*, deusa da paz, esculpida por Cefisodoto, o velho, foi erguida na praça do mercado de Atenas. Colocando a estátua da deusa da paz no mercado, no local de maior circulação, os gregos expressam a função de protectora e guardiã da *pólis* grega, amiga do Estado, sólido fundamento da cidade, que atribuem à *Eirene*. As *Horas*, além de serem deusas da natureza, são também divindades da ordem, que asseguram o equilíbrio da vida em sociedade. Moradora de Olimpo, *Eirene* é perseguida por *Polemos*, a personificação da guerra. A paz grega é experimentada como relatividade e negatividade da guerra, interrupção, providenciada pelos deuses, do estado bélico norma.

A fragmentação do mundo grego clássico e o advento do helenismo provocaram mudanças nesta compreensão de paz. Quando Atenas se rendeu a Demétrios, dito Poliorcetes, isto é, conquistador de cidades (336-282 a. C.), rei da Macedônia, filho de Antígono, vencedor da batalha das Termópilas, os atenienses apresentaram a ele esta prece: “Os outros deuses são distantes, ou talvez eles não escutem, ou talvez mesmo não existam, ou, quem sabe, não dão atenção a nós; a ti, ao contrário, te vemos presente, não em madeira, nem em pedra, mas verdadeiramente. Nós te imploramos, ó caríssimo, dá-nos logo a paz, tu és o Senhor” (*apud* Comblin, 1960, p. 51). Outra simbólica da paz estava emergindo.

Apesar dos inúmeros indícios que mencionamos na primeira parte desta abordagem, também podemos perceber na literatura antiga trechos nos quais a guerra não era nem glorificada e nem vista como um fim em si mesmo, pelo contrário, vários autores antigos manifestam uma desaprovação a ela ou enfatizaram suas mazelas. No entanto, vários historiadores preferiram se concentrar nos documentos que exaltam as actividades bélicas. Todavia, é possível encontrar inúmeros trechos de escritores antigos preocupados com esta questão, e temerosos diante das dificuldades causadas pela guerra. Um exemplo disto é Políbio (3.4.10.1/.5), que afirma que “Nenhum homem de bom-senso entra em guerra contra seus vizinhos para esmagar um adversário, da mesma forma que ninguém singra os mares somente para atravessá-los (...)”; por exemplo, podemos ver o mesmo Croisos, de quem Alvito mencionou o conselho bélico de como “transformar homens em mulheres ensinando-os a tocar cítaras para que os mesmos não se revoltem”, conforme apresentamos na primeira parte deste artigo, dizendo também que:

“ninguém é tão insensato a ponto de desejar mais a guerra do que a paz, pois na paz os filhos sepultam os seus pais, mas na guerra os pais sepultam os filhos”. Vamos ver, então, algumas intervenções historiográficas sobre esta questão (Raaflaub, 2007, P. 13).

Se olhar para palavras e conceitos, como *Pax*, em Roma, e *Eirene*, na Grécia, teremos algumas pistas. Raaflaub nos lembra, por exemplo, dos constantes lamentos provocados por situações belicosas, algo que, segundo ele, pode ser encontrado em toda a literatura antiga, das sociedades da Mesopotâmia até Homero. Raaflaub afirma que estas sociedades tinham divindades tanto para a guerra como para a paz. Se os romanos, por exemplo, se viam como descendentes do deus Marte, da guerra, os gregos, por sua vez, reservavam a pior reputação ao seu deus da guerra, Ares. Raaflaub relembra o trecho da *Iliada* (5.761) em que Homero descreve esta divindade como “um maníaco que nada sabe de justiça” (Raaflaub, 2007, P. 13).

Outro factor que Raaflaub nos apresenta é o exame dos rituais, importantes para compreender o significado da paz. Estes rituais serviam para separar a guerra e a paz, para garantir o apoio dos deuses no caso de alguma guerra se fizer necessária, para evitar a guerra, e ainda mais importante, levando em consideração este segundo tópico de nossas observações: para preservar a paz. O autor lembra referências desta natureza em Eurípedes e Tucídides e que em Roma, de igual modo, cada ação relacionada com a guerra era acompanhada dos devidos rituais de sacrifício e consulta das divindades (Raaflaub, 2007, P. 16-17).

Segundo o autor, também encontramos vários esforços para evitar a guerra, seja por intimidação ou diplomacia. Ele lembra da intimidação usada para estes propósitos entre os Persas, quando um de seus reis enviou embaixadores aos inimigos pedindo “terra e água” como símbolos de submissão. Raaflaub também lembra que os Assírios costumavam decorar as paredes de onde recebiam os embaixadores estrangeiros com ilustrações mostrando os detalhes de sua “crueldade” para com as cidades que se revoltavam (Raaflaub, 2007, P. 17).

Este exemplo mencionado pelo autor possui paralelo também na sociedade irlandesa, encontramos este mesmo formato de intimidação, por exemplo, nos contos da tradição relacionada ao *Tain Bó Cuainlge*, nos quais o carro de guerra do herói irlandês Cú Chulainn é representado com enormes lâminas em suas rodas, e dezenas de crânios anexados com o objetivo de mostrar o que ocorria com os inimigos derrotados, uma forma de dizer a eles que o melhor que poderiam fazer seria evitar a guerra, de modo a não sofrer suas consequências.

Retornando a obra de Raaflaub, ele nos lembra que os próprios poemas Homéricos são repletos de alusões à diplomacia como tentativa de resolver os conflitos antes que eles virassem guerras (RAAFLAUB, 2007, P. 18). Por fim, o cuidado para fazer com que a paz seja estabilizada, exemplo que o autor encontra entre Egípcios, Astecas e Chineses (Raaflaub, 2007, P. 21).

### 1.3 A paz na idade média

A idade média é autenticamente conhecida como a época da acentuação do cristianismo e tudo quanto era o pensamento daquela época orbitava em torno do teocentrismo<sup>1</sup>, a suas bases eram conservadas pela tradição romana.

#### 1.3.1 A tradição romana

Em 13 a. C., na volta de Otávio Augusto da campanha militar da Espanha e da Gália, o senado romano mandou construir, em comemoração às suas vitórias, um altar à Deusa da Paz, a *Ara Pacis Augustae*, o altar da paz de Augusto.

Na íntima comemoração das vitórias imperiais, ereto exactamente no Campo de Marte, Deus da Guerra, local dos desfiles *militares* e das celebrações das vitórias, o altar a Augusto revela as conexões entre o exército romano e a simbólica da paz. Foi Sêneca quem utilizou, pela primeira vez, a expressão *Pax Romana*, ao afirmar que sem a presença do Imperador, como chefe do exército, a *Pax Romana* ruiria (SÊNECA, 1990, p. 51, Tratado *sobre a clemência*, III, 2, 2).

A tradição romana de paz liga-se, assim, indissolúvelmente ao poder de Roma: paz é a paz estabelecida pelo centro do poder, desejada politicamente pelo imperador e estabelecida e garantida militarmente pelo exército romano. Toda vez que a força de Roma se impunha e o império gozava de sua paz, o imperador mandava fechar o templo de Jano Quirino, deus de todas as portas e guardião das moradas e cidades: a acção imperial e estatal dispensava a protecção divina. Não é à toa que *Pax Romana* fosse também sinónimo de *Paci Augustae*, isto é, a paz do imperador.

---

<sup>1</sup> A doutrina ou filosofia teocêntrica consideram Deus como o centro de todo Universo, responsável pela criação do mundo e de todas as coisas nele existentes. A filosofia teocêntrica foi a base da cultura e modo de vida medieval.



Esta concepção militarista é especialmente viabilizada nas moedas cunhadas neste período, onde a Deusa da Paz é representada colocando o pé direito na cabeça de um vencido ou junta com legionários e Marte, o Deus da Guerra. A paz deixa de ser associada à justiça e à equidade, como na Grécia, para se vincular à guerra e à vitória. A paz romana é uma paz armada, como já aconselhava Vegécio, no século IV: “quem deseja a paz, prepare-se, portanto, para a guerra; quem aspira à vitória, aplique-se a formar seus soldados” (VEGÉCIO, 1869, p. 688).

O ensinamento de Vegécio perpetuou-se no célebre ditado latino *Si vis pacem para bellum*, repetidas vezes estampado nos quartéis e escolas do ocidente.

A paz assume uma dimensão de segurança estabelecida sobre um sistema centralizado, na qual a idéia de autoridade ocupava um lugar de primazia em relação à liberdade. Os versos de Virgílio - “Tu, ó romano, lembra-te de governar os povos com o teu império. Estas artes são para ti: impor as condições de paz, poupar os submissos e destruir os soberbos” (Virgílio, 1955, p. 183, *Eneida*, VI, versos 851-853) – expressam esta dimensão imperialista da paz. A paz, aqui, é concebida como dom, concessão, presente do vencedor ao vencido, por um lado e, por outro, submissão e subserviência do vencido ao vencedor. Começa a conjugação do verbo pacificar e apaziguar, como imposição da ordem vigente, sendo introduzida uma ambiguidade no próprio conceito. Do lado do vencido, a paz é experimentada como dominação, saque, escravidão. Tácito registra o sentimento de Calgaco, chefe britânico, derrotado no ano de 185: “Saquear, degolar, depredar, a estas coisas dão o falso nome de Império. Criam um deserto e o chamam de paz” (cf. Tácito, 1973, p. 77).

Ao mesmo tempo, difunde-se um sentimento de tranquilidade e bem-estar entre as fronteiras do Império. Nas regiões cobertas pela dominação romana, a guerra não devasta mais os campos nem as cidades. Desenvolvem-se a agricultura, as artes, os ofícios e constroem-se novas cidades. As palavras de Ovídio expressam este bem-estar: “Demos graças aos deuses e à tua casa (do imperador). Já há muito tempo, as guerras, presas em correntes, jazem sobre os vossos pés. Os bois podem ser postos em canga e as sementes plantadas nas terras aradas.

“A paz nutre Ceres e Ceres nutre a paz” (Ovídio, 1940, p. 42-43). Esta evocação a Ceres, divindade romana da agricultura, sinaliza um entrelaçamento entre a simbólica romana e grega de paz.

A condição objectiva de estabilidade política e social, em contraposição às lutas internas do regime republicano, possibilitou o desenvolvimento, ao menos para os cidadãos romanos, do ideal de manter a alma livre dos turbamentos e paixões, permitindo-lhe concentrar-se sobre si mesmo e aspirar à alegria da vida contemplativa. Aqui são colocados alguns conceitos que influenciarão, sobremaneira, a visão ocidental: humanidade, serenidade e dignidade, *compreendidas* como aversão à guerra externa, aos conflitos civis, a adesão a certos modelos de governo justo e de equilíbrio entre as classes sociais. A compreensão de paz experimenta uma interiorização decisiva enquanto tranquilidade e concórdia da alma.

A tradição romana retomou alguns elementos da simbólica grega e os releu em novos contextos. Deu à ideia de harmonia e equilíbrio o acento da acção do estado. Não mais a compreensão de paz para a civilização, como condição de desenvolvimento e florescimento desta, mas a paz da civilização, consequência da organização e acção imperial. A simbólica da paz torna-se expressão da autoconsciência do cidadão romano. Ao mesmo, imprimiu uma conotação de serenidade, tranquilidade e concórdia à noção de paz, às quais, junto com a noção de segurança, marcarão indelevelmente a simbólica ocidental.

## **CPÍTULO II: CONCEPÇÃO DA PAZ EM SANTO AGOSTINHO**

### **2.Noção agostiniana de paz**

A paz enquanto um problema filosófico, não é algo que começou a se debatido somente nos dias de hoje, este é debatida desde a antiguidade. Desde a Grécia antiga que pensadores se debruçam para reflectir e dar algum tipo de solução ao problema da paz. A título de exemplo de pensadores, Sócrates, Platão, Aristóteles, Santo Agostinho, Tomás de Aquino, Locke, Hegel, Nietzsche e Kant. Porém, nota-se que a perspectiva ou a ausência da paz é um problema que é debatido desde a antiguidade, como se afirmou. Mas apesar desse longo caminho de debates e reflexões, o ser humano ainda não alcançou que tento almeja, na sociedade contemporânea, a tal sonhada paz, estado de paz continua a ser um desafio.

O breve século XX é dito por vários pensadores e historiadores como o seculo da problemática da paz. Segundo Gaddis citado por Santos, Pozzoli e Siqueira (2019, p. 806), este representa um período histórico marcado por intensos, sangrentos e dolorosos conflitos armados e, consequentemente, pela ausência da paz. Apesar de ter sido um século marcado pelo desenvolvimento da técnica-ciência e do avanço das artes, foi um período da história marcado por um constante ambiente de conflito, de guerras – algumas dessas guerras eram guerras não

declaradas, como é o caso da guerra fria. Entretanto, do ponto de vista histórico, filosófico ou de outras naturezas é importante haver uma reflexão em torno da construção da paz.

Em termos de conceito, “a palavra “paz” provém do termo latino *pax, pacis*” (Manhiça, 2015).

Em contrapartida, no capítulo XII, do Livro XIX, da sua principal obra da filosofia política - *De Civitates* Agostinho apresenta-nos a paz como um bem desejado e não uma ordem imposta. A propósito, Agostinho (1990), salienta que “o bem a que chamamos paz é tal que nas coisas humanas não é possível desejar outro mais alegre ou mais útil”. No entanto, embora se trate de um bem universalmente desejado, ele permanece sempre um desafio porque está frequentemente ameaçado pela expansão contínua das paixões e desejos mesquinhos como este autor procura mostrar. No entanto,

A paz é vista não como a simples ausência da guerra, tal como tradicionalmente era concebida pela *pax* romana, mas uma sofisticada tentativa de encontrar uma definição adequada para a paz. Uma definição que emerge da dialéctica das duas cidades, ou seja, a cidade terrestre, fundada sobre a força e a violência, e a cidade celeste, baseada no equilíbrio espiritual e na harmonia social. Essa dialéctica tem por base e, ao mesmo tempo, culmina em Jesus Cristo, o “Príncipe da Paz” (Santos, Pozzoli e Siqueira, 2019, p.806). A paz, como se pode perceber no trecho acima, refere-se a ausência da guerra e violência. Parece que somente o homem terá a paz quando deixar de praticar a violência, o conflito e a guerra e fazer o bem para a sociedade ou comunidade. É nesses termos que Santo agostinho vai afirmar que “todo o homem procura a paz, mesmo fazendo a guerra, mas ninguém procura a guerra ao fazer a paz. Mesmo aqueles que pretendem perturbar a paz em que estão não odeiam a paz, mas antes desejam mudá-la a seu gosto (Agostinho, 1990).

De acordo com Duran (2021), Galtung vai na mesma linha ao afirmar que “a paz vai indicar a ausência ou redução de violência em todos os níveis e a violência é a causa da diferença entre o potencial e o real (ou efectivo), entre o que poderia ter sido e o que é. Todavia, o conceito ampliado de violência leva a um conceito ampliado de paz. Assim como uma moeda tem dois lados, um só lado sendo apenas um aspecto da moeda, não a moeda completa, a paz também tem dois lados: ausência de violência pessoal (directa) e ausência de violência estrutural.

O pensamento do padre de Hipona fundamenta-se da noção do “Bem Supremo”. Ele percebe que a humanidade vive sob a tensão de duas maneiras de amar distintas, isto é, o amor-próprio e o amor do Bem Supremo - que, por sua vez, são responsáveis pela paz ou pela discórdia na sociedade. O amor-próprio impede a convivência social, pois impele e conduz os membros da sociedade somente pela via do individualismo e do egocentrismo soberbo. Como consequência, isto suscita conflitos e as divisões na sociedade, os quais dificultam a implantação da paz.

Ademais, a rejeição do Bem Supremo ocasiona o surgimento de todas as calamidades da história, inclusive as guerras que assolam a vida dos povos.

Para Agostinho (1990) o amor do Bem Supremo é o único caminho que o homem deve escolher para salvaguardar e restaurar a paz e o justo convívio na sociedade, porque deste amor do Bem Supremo brota o interesse pelo bem comum que promove a comunhão, a unidade e a paz. A paz só é possível quando se procura o verdadeiro bem-estar de todos membros de uma sociedade e se combate o desejo de poder e vanglória pessoais. O amor-próprio subtrai a paz e a unidade nos indivíduos e na sociedade, semeia o ódio e a divisão do tecido social e gera as injustiças e as guerras.

Desse modo, a existência de uma educação para a paz e do espaço público para diálogo onde se constrói a paz pode ser fatal, alias, na análise do autor, a base da “paz civitas” é a família e, por isso as regras que fazem parte da vida familiar, devem estar em sintonia com as leis e a praxis do Estado. Dai que:

Dentro do quadro legal da relação entre os governantes e os governados, Agostinho acrescenta a necessidade de existir o espírito de colaboração que se manifesta através do esquecimento de si em prol do outro e da comunidade, ou seja, um espírito impregnado de altruísmo e caridade fraterna, porque onde existe um empenho para socorrer as necessidades comuns e se busca a interação entre os interesses pessoais e os comunitários, as armadilhas do egoísmo são vencidas e a paz torna-se visível. A vivência da justiça, por parte do Estado, se dá quando aqueles que governam canalizam os seus esforços em prol de seus súbditos, não permitindo que os seus projectos pessoais se sobreponham às necessidades dos governados (Manhiça, 2015).

É imperioso que o ser humano encontre em harmonia consigo próprio, depois expandir para a família e outros níveis da estrutura social. Em grande medida, essa paz só será possível se o indivíduo vivenciar os valores éticos e espirituais. Por isso, a paz de todas as coisas pressupõe a ordem e o equilíbrio entre os cidadãos.

A questão da existência do diálogo na sociedade é relevante. Rawls reconhece que para uma sociedade ideal, não basta tão-somente o consenso no conceito de justiça, mas é fundamental também ter-se em consideração os aspectos ligados a coordenação, diálogo, eficiência e estabilidade que auxiliam a própria justiça; visto que, sem o senso de justiça, fica comprometida a coordenação de planos de acção; a desconfiança e o ressentimento danificam os laços sociais, por fim a suspeita e a hostilidade podem conduzir aos conflitos. Portanto, a justiça, o respeito,

a boa convivência e a harmonia são pilares sobre a qual deve estar assente toda a sociedade, promovendo assim uma paz perpétua como diz Kant.

## **2.1 Os níveis ou modelos de Paz em Santo Agostinho**

Para João (2019, p.89), Santo Agostinho no Livro XIX da sua obra A Cidade de Deus e Cidade Terrena, ele pensa o problema da paz por meio de cinco níveis. Importa referenciar que Santo agostinho reflecte sobre a Paz como uma realidade que faz parte do ser humano e não como algo idealista ou individualista visto que para ele a paz não existe sem os outros e a paz é um bem que se realiza nas e entre as pessoas. Por isso, o Bispo de Hipona analisa a Paz nas demissões empírico-fenomenológica, axiológica, ontológica e escatológica, como se irá se detalhar a seguir.

## **2.2 Paz como cessão de Guerra**

Neste modelo, o bispo de Hipona analisa a Paz partindo do mundo Grego antigo. No entanto, a Paz, neste caso, não está relacionado com o modo de agir dos seres humanos que se relacionam mas sim com “um intervalo, uma interrupção de guerra (pólemos) e dos conflitos presentes no interior de determinada comunidade” (João, 2019, p.90). Trata-se, portanto, de algumas tréguas ou pausas de guerra por um curto tempo ou momento.

A ideia de Paz brota, deste modo, daquelas formas fundamentais marcadas pelas experiências de uma vida agressiva e violenta. Como Afirma o autor:

Realmente, mesmo quando alguém faz a guerra, mais não quer que vencer; portanto, é a um a paz gloriosa que pretende chegar, lutando. Na verdade, que mais é a vitória senão a sujeição dos que resistem? Logo que isto se tenha conseguido, será a paz. As próprias guerras, portanto, são conduzidas tendo em vista a paz, mesmo por aqueles que se dedicam ao exercício da guerra, quer com andando quer com batendo. Donde se evidencia que a paz é o fim desejado da guerra (Agostinho, 2000, p.1909).

Como se pode perceber no trecho, o objectivo final de uma guerra é a paz e todos os homens em qualquer parte do mundo almejam a paz e somente há Paz quando as guerras cessam ou seja, a Paz é vivenciada numa interrupção.

Para os gregos, a paz pertencem as narrativas mitológicas, por exemplo na obra Iliada e Odisseia a paz é considerada como cessação da injustiça e do uso da violência determinada por um tempo pelos deuses. Nesta visão, Hesíodo estabelecia uma relação entre o ordenamento do mundo como cosmos e o ordenamento da sociedade humana. Daí que, a luta pela distribuição

dos direitos e dos bens fundamentais da sociedade era o princípio regulador da Paz (João, 2019, p.90).

Salatini (2014, p. 8), afirma que tanto Platão assim como Aristóteles vão na mesma linha de pensamento. Platão entendia que é na Paz que o homem deve viver, o homem deveria fazer de tudo para materializar este desejo e a paz pode justificar a guerra. Já Aristóteles defendia que existe a guerra em virtude da Paz e o ordenamento da vida constitui uma forma vital para a formação e o desenvolvimento dos seres humanos.

### **2.3 Paz como ordem imposta**

Esta concepção baseia-se no mundo romano. Neste modelo, a Paz é concebida como um meio de resolução, um programa político, uma ordem estável imposta ou até como um recurso da violência. A finalidade da Paz para os Romanos era o bem-estar dos dominadores e a manutenção de toda a estrutura do poder construída pelos romanos.

Agostinho enfatiza isto ao afirma que:

Pelo amor à liberdade, primeiro, depois pelo amor ao domínio, e pelo desejo de louvar a glória levaram a cabo várias façanhas. Testemunho das ambas as coisas dá Virgílio, que diz: *Também se via Porsena mandando acolher Tarquinio, expulso de Roma, e Pondo a cidade apertado cerco e os romanos combatendo com ardor em defesa da liberdade*. Eis, portanto, a única ambição deles: morrer valentemente ou viver livres. Uma vez mais, porém, obtida a liberdade prenderam-se de tal maneira ao desejo da glória, que consideraram pouco a liberdade apenas, sem a dominação, enquanto se considerava grande o que, como que pela boca de Júpiter, diz o mesmo poeta: *Há mais. A Própria Juno, hoje implacável inimiga dos troianos, que contra eles concita céu, terra e mar, mudará de modo de pensar e, como eu, acabará protegendo a grei romana, que ostentará a toga e será dona do mundo. Essa a minha vontade*.

*Depois do decurso dos tempos, a casa de Assáraco subjugará Pítias e*

*Micenas e dominará sobre a vencida Argos* (Agostinho, 2006, p. 334). A

paz era, assim, um aspecto planificada de uma acção militar, manchada pelo sangue e solidificada pala vitória dos romanos. Portanto, acima de tudo estava o desejo de governas os povos com o poder das ordens impondo a Lei e a Paz. Um bem perseguido pelos que detém o poder (líderes políticos, autoridades militares, religiosas, etc). Para Agostinho a autoridade tem por missão precípua a busca da paz. Ademais, Para Agostinho (2000, p.1915) “a paz de todas as coisas é a tranquilidade da ordem e a ordem é a disposição dos seres iguais e desiguais que distribui a cada um os seus lugares”.

### **2.4 Paz como forma de vida**

De acordo com João (2019), este tipo de modelo de paz Santo Agostinho inspira-se no mundo antigo pertencente ao povo Israel. Para o povo Israel a paz sempre ocupou o centro da religião,

da esperança e da fé. A paz, no entanto, vai além de uma situação passageira, vista como uma forma de vida, isto é, *Shalom*.

A palavra *Shalom* deriva do verbo Hebraico *shalem*, que traduzido pode significar: ser completo ou tornar completo, levar ao equilíbrio ou a realização plena. A mesma palavra pode significar bem-estar integral, que se refere a realização do ser humano na sua plenitude. Afirma Haering, na sua obra intitulada *Livres e Fies em Cristo* que “*Shalom* é a harmonia de uma comunidade impregnada da consciência de pertencer e servir a Deus. O desígnio do Criador sobre a humanidade e sobre a face da terra é o *shalom*. Deus, Criador e Redentor, é também a garantia da realização plena do ser humano e da história” (HAERING, 1984, p. 366). A paz nesta visão é uma realidade escatológica e protológica. É uma paz escatológica pelo facto da sua realização plena faz parte do fim da história. E é uma paz protológica no sentido de que desde o início da humanidade Deus confiou aos seres humanos a potencialidade necessária para promover e estabelecer a paz no mundo. Desta forma, a paz desemboca na salvação que é totalmente o dom de Deus e quem recebe esse dom vivem em paz, primeiro com Deus e depois com os demais pessoas. Agostinho afirma que:

Nada há, porém, que possa subtrair-se às leis do supremo Criador e Ordenador que regula a paz do Universo; porque, mesmo que do cadáver dum animal corpulento nasçam diminutos animais, todos estes corpúsculos obedecem ainda, em virtude da mesma lei do Criador, aos seus próprios e minúsculos princípios vitais, à paz da sua salvação; e mesmo que as carnes dos mortos sejam devoradas por outros animais, continuam essas carnes sujeitas às mesmas leis difundidas por toda a parte com o fim de harmonizarem na paz os elementos convenientes para a salvação de cada espécie, seja qual for o lugar aonde venham a parar ou os elementos a que cheguem a unir-se, ou as substâncias em que se mudem ou transformem (Agostinho, 2000, p. 1913-1914).

No período do reinado de Davi, a guerra a terra torna-se uma realidade organizada pelo poder central. Agora não se atribui a Deus a guerra como acção salvífica. Mais tarde, a ideologia real vai sobrepor o domínio do rei ao domínio real da Javé, como se fosse uma espécie de paz do povo Israel.

Com a queda de Jerusalém no ano de 586 a. C., a mensagem da paz transforma-se no núcleo das promessas proféticas. Salvação, libertação, glória e justiça são os sinais da paz almejada, da aliança de paz final. Portanto, no centro desse discurso encontra-se a esperança na vinda do Moisés, o “príncipe da paz”, que pagará pessoalmente o preço da paz.

## 2.5 Paz como dom prometido

Neste último modelo de paz procura conservar essa hereditariedade escatológica hebraica. Trata-se do modelo cristão, que concebe a paz como dom prometido. Na verdade, o Novo Testamento, à luz do shalom hebraico, retoma o termo grego eiréne e, ao mesmo tempo, amplia e aprofunda o seu sentido a partir da figura de Jesus Cristo. “Ele é agora o rei da paz” (Huber *apud* João, 2019, p.95).

Ao contrário do imperador romano que era chamado de “filho de Deus”, “pacificador”, mas estabelecia a paz dominando os povos com um exército poderoso, Cristo dá uma paz que o mundo não é capaz de dar. Cristo, que reconciliou os pecadores pelo seu amor sofredor e não violento, compartilha a sua paz com os seus mensageiros. Essa paz é a característica tanto do mensageiro quanto da sua obra. A paz está no sujeito. Ela é a sua obra, a sua acção.

A paz que Jesus pede de seus seguidores passa necessariamente pelo amor aos inimigos. Os seus discípulos são encorajados a desenvolver modos de acção que quebrem a cadeia de violência e contraviolência, que realcem de tal modo a injustiça a ponto de o outro ser convidado à solidariedade. O amor ao inimigo quer o fim da inimizade, mas não o fim do inimigo. Deste modo, Jesus substitui o conceito de inimigo pelo de próximo e compreende como tal não só o adversário pessoal, mas de modo geral também o inimigo nacional e religioso.

Nesta proposta de Jesus de estender o amor aos inimigos, nota-se que “amar o inimigo também tem componente agressivo: o amor ao inimigo não deixa o inimigo como ele é; pelo contrário, ele não o quer deixar ser mais, nem para sempre, inimigo, mas transformá-lo” (Wenst *apud* João, 2019, p.96). Se o amor ao inimigo quer acima de tudo o bem do outro, o ódio, pelo contrário, não quer o fim da inimizade, pois precisa de uma imagem de inimigo e precisa tê-la constantemente diante dos olhos. O ódio se satisfaz em ter o inimigo como inimigo, para depois lhe preparar o fim.

Portanto, é importante ressaltar que a paz é um dos temas centrais do pensamento de Agostinho. Não é por acaso que ele é conhecido como *doctor pacis*. Uma paz não apenas pensada, mas especialmente desejada e buscada, anunciada e vivenciada. Para desenvolver a sua reflexão sobre a paz, o bispo de Hipona bebe das fontes dos textos sagrados do judaísmo e do cristianismo, sem deixar de lado a inspiração que os filósofos gregos e romanos lhe ofereceram.



## **2.6. Críticas ao pensamento de Santo Agostinho**

Santo Agostinho, filósofo medieval, foi fortemente influenciado pela filosofia platônica e pela teologia cristã, uma vez que foi Bispo de Hipona. Como não poderia deixar de ser, o seu pensamento é intensivamente marcado pelo contexto da época em que viveu e pela sua inclinação religiosa, defendendo a observância dos valores cristãos no governo das nações para o alcance da paz. Ora, depreendendo disto, o pensamento agostiniano não seria literalmente aplicável no Moçambique de hoje, pois a sua filosofia entraria em choque com o artigo 12 da Constituição da República que atesta que:

## **2.7. A República de Moçambique é um Estado laico.**

. A laicidade assenta na separação entre o Estado e as confissões religiosas. O pensamento de Agostinho é essencialmente cristão e a aplicação literal do mesmo no contexto Moçambicano levaria o Estado a identificar-se com as confissões religiosas cristãs apenas, excluindo as demais não-cristãs, atentando contra a laicidade do Estado. Não obstante a essa constatação, não se pode descartar por completo o pensamento de Agostinho para a efectivação da paz em Moçambique, uma vez que existe considerável unanimidade entre todas as confissões religiosas na existência de Deus que concede aos homens tudo quanto possuem na terra, inclusive o poder de governar os povos e que, portanto, os mesmos devem configurar-se aos Seus princípios para honrarem com o privilégio que lhes foi concedido do alto.

Ainda mais, o número 4 do artigo 12 da Constituição da República atesta que “o Estado reconhece e valoriza as actividades das confissões religiosas, visando promover um clima de entendimento, tolerância, paz e o reforço da unidade nacional, o bem-estar espiritual e material dos cidadãos e o desenvolvimento económico e social”.

Assim, existe um espaço de diálogo entre o Estado e as confissões religiosas, sem que necessariamente aquele se identifique com nenhuma destas, sempre na tendência de promover, dentre outros elementos, a paz e o bem-estar não apenas espiritual, mas material dos cidadãos. Por este meio, o pensamento de Agostinho, ainda que essencialmente cristão, encontraria espaço de diálogo e de aplicabilidade no contexto moçambicano.

## CAPÍTULO III: CONTRIBUIÇÃO AGUSTINIANA SOBRE A PAZ – CASO DE MOÇAMBIQUE

### 3. Contexto moderno sobre a paz

O esfacelamento da cristandade medieval, o surgimento dos estados nacionais, a emergência do capitalismo, a ascensão da burguesia, o aparecimento da racionalidade moderna, foram factores que contribuíram para redimensionar a simbólica da paz, até então caracterizada pela atribuição de uma dimensão divina à paz, concebida seja como divindade, seja como dom da divindade dado à humanidade. Quando, no entanto, caem os fundamentos religiosos e místicos, surge a necessidade de uma justificativa não religiosa da aspiração da humanidade à paz.

Foi na filosofia, especificamente num género literário da filosofia moderna do direito, em torno do eixo da assim chamada paz perpétua, que a simbólica moderna da paz ganhou expressão. Assim, Sully, ministro de Henrique IV de França, em suas Memórias (1638-1662) propõe o reajuste territorial da Europa e o fim das aduanas. Willian Penn, um *quacker*, em seu *Ensaio para chegar à paz presente e futura da Europa* (1693) torna-se um precursor da comunidade europeia, propondo a instalação de um parlamento. O Abbé de Saint-Pierre, de Paris, escreveu, em 1712, *Projecto de Paz Perpétua*, texto comentado posteriormente por Rousseau e certamente conhecido por Kant. Benthan, em *Um plano para a paz universal e perpétua*, de 1789, propõe o desarme e o abandono das colônias e insiste no papel decisivo da publicidade, em oposição à diplomacia secreta.

Em 1792, Jean Baptiste Cloots publicou *La République Universel*, enquanto Kant escreveu, em 1795, *À paz perpétua*. Analisando o texto kantiano, três aspectos chamam a atenção. Em primeiro lugar, a expressão largamente usada de paz perpétua. Kant assinala que o adjetivo perpétua é um pleonasma suspeito, distinguindo entre armistício (adiamento das hostilidades) e paz (fim de todas as hostilidades). Assim como os homens livres se associam para instaurar a paz, os Estados deveriam se confederar para instituir a paz perpétua. Formariam, assim, uma federação de paz distinta do pacto de paz, uma vez que este simplesmente procura pôr fim a uma guerra, enquanto aquela intenta acabar com todas as guerras para sempre.

Em segundo lugar, a ênfase na aliança e no pacto. O próprio texto de “À paz perpétua”, que contém o subtítulo de “um projecto filosófico”, foi redigido em forma de um Tratado, com direito a artigos preliminares, artigos definitivos, cláusulas secretas e até mesmo um apêndice. Aqui já se encontra, através do estilo, uma conotação dada pelo pensamento moderno: a paz

nasce de um pacto, portanto, fruto de uma decisão racional. Kant toma como ponto de partida o fato de que a paz não é natural, devendo ser, por isso, instaurada. Como a omissão de hostilidades não é ainda a garantia de paz, é preciso detalhar positivamente em que consiste o estado da paz internacional.

Em terceiro lugar, o estatuto de projecto filosófico que é dado à paz perpétua. Definindo a paz como projecto, Kant redefine a própria ideia de paz. As diversas distinções feitas ao longo do texto - entre armistício e paz, entre omissão de hostilidades e garantia de paz entre tratado de paz e liga de paz - mostram que Kant recusa o conceito de paz como intrincada rede de astúcias, derivada do jogo do poder e como ideia vazia, descrevendo-o como “uma tarefa que, solucionada pouco a pouco, “aproxima-se continuamente de seu fim (porque os tempos em que iguais progressos acontecem tornar-se-ão oxalá cada vez mais curtos)” (KANT, 1989, p. 80).

Pelo próprio fato de defini-la como um projecto filosófico, Kant torna a paz um tema filosófico relevante. Desta forma, Kant retira o tema da paz do domínio religioso, do imaginário utópico e do sentimento comum, dota-o de racionalidade e incorpora-o na filosofia crítica.

Como projecto filosófico, a paz assume uma perspectiva transcendental, radicando sua essência no sujeito racional e livre. Ao enunciar o segundo artigo definitivo, Kant afirma que “a razão, de cima de seu trono do poder legislativo moralmente supremo, condena absolutamente a guerra como procedimento de direito e torna, ao contrário, o estado de paz um dever imediato” (Kant, 1989, p. 40-41).

No apêndice que trata da discordância entre a moral e a política, dá à paz perpétua não apenas o estatuto de um bem físico, “mas também como um estado proveniente do reconhecimento do dever” (Kant, 1989, p. 68).

É a partir deste fundamento filosófico que começa a ser utilizada a figura da construção, para definir a obra da paz. Até então, paz e guerra eram considerados realidades inalteráveis na filosofia, direito e moral. O máximo que se podia fazer era erguer as bandeiras brancas, quando os víveres, as munições ou a resistência se esgotavam, e a derrota apresentava-se como iminente. A bandeira da paz era, neste contexto, ao mesmo tempo, afirmação da paz e da guerra, da paz na guerra, mas não da paz contra a guerra. O Iluminismo começou a duvidar da inevitabilidade da guerra e pesquisar as bases de uma ordem de paz baseada na razão. A paz passou a fazer parte do projecto da modernidade de vencer a barbárie.

### 3.1. Movimentos pacifistas do século XX

Os primeiros abalos da racionalidade ocidental e a crise do fim do sistema colonialista fizeram emergir uma outra tradição simbólica que produziu um campo novo de significação em torno da paz: os movimentos de não-violência do século XX.

Aludir a esta tradição é, em primeiro lugar, fazer menção ao nome de Mohandas Karamchand Gandhi (1869-1948), conhecido como o Mahatma, a Grande Alma. Segundo Gene Sharp, um dos maiores estudiosos da não-violência, “Gandhi foi quem deu a mais significativa contribuição pessoal à história da técnica não-violenta, com suas experiências políticas no uso da não-cooperação, desobediência e desafio objectivando controlar governantes, alterar políticas governamentais e minar sistemas políticos” (Sharp, 1973, p. 82).

Em três principais momentos - na África do Sul em defesa da minoria indiana, na Índia pelo fim da discriminação dos párias e na luta contra o imperialismo britânico -, Gandhi cunhou uma série de atitudes e símbolos que ficaram definitivamente associadas à paz, como, por exemplo: a queima das carteiras britânicas, símbolo da submissão dos indianos aos ingleses, na África do Sul; as manifestações em Vykom, conjugadas com orações, em 1924-1925, ao longo de vários meses, diante de um templo brâmane, pelo fim das discriminações aos párias, proibidos de sequer passarem pela frente do edifício; a longa marcha até o mar, em 1931, para fazer sal, desrespeitando as leis inglesas que proibiam aos indianos esta actividade; a queima dos tecidos ingleses num acto pelo fim do monopólio; as horas na roca, tecendo suas próprias roupas, para não se submeter a lei que proibia aos indianos de fabricarem tecidos; as longas vigílias; os frequentes jejuns; as muitas prisões; etc.

Esta tradição, porém, não se esgota em Gandhi. Ela seria empobrecida se não lembrássemos Martin Luther King e os negros de Montgomery, com suas greves para não usar os ônibus que proibiam aos negros sentarem, com seus *sittings* nos bares e outras instituições com acesso limitado aos brancos; os jovens tchecos, em 1968, com suas mãos desarmadas diante dos tanques russos; as inúmeras manifestações contra as armas nucleares; a queima dos certificados militares de tantos objectores de consciência, seja durante a guerra do Vietnã, seja em face de outras tantas guerras absurdas que perpassaram o século, seja apenas em face da obrigatoriedade do serviço militar; o movimento *hyppie* da década de 60 e sua insistência no *peace and love* e no *make love not war*; algumas músicas como *Era um garoto que como eu* ou *Imagine*, de John Lenon; as *Locas de la Plaza de Mayo*, na Argentina, reclamando seus filhos

desaparecidos pelo repressão militar; o trabalho de inúmeros activistas e organizações de direitos humanos; muitos grupos de sem-terra, no Brasil, na pressão de conquistar a terra para quem nela trabalha; etc. A paz passa a incorporar uma nova simbólica: brinquedos de guerra queimados; rifles quebrados; luzes acesas para lembrar vítimas; sapatos espalhados em memória dos mortos no holocausto; sinos tocados em luto ou em alegria; etc.

Segundo Sharp (1973, p.76-78), o contemporâneo movimento da não-violência tem suas raízes no século XIX, nos grupos nacionalistas que descobriram ser a acção não-violenta útil na resistência a um inimigo estrangeiro ou a leis alienígenas; nos membros de sindicatos e de outros radicais da sociedade que buscavam um meio de luta, sobretudo greves gerais e boicotes, contra aquilo que consideravam um sistema social injusto; no pensamento de personalidades como León Tolstoi, na Rússia, e Henry David Thoreau, nos Estados Unidos; e, finalmente, nos adversários do despotismo, como na Rússia.

### **3.2.A paz na idade contemporânea**

Depois de termos levantado a simbólica da paz e de termos feito uma breve análise, é importante detectar alguns elementos que poderiam balizar uma nova compreensão de paz, capaz de mobilizar sujeitos e grupos.

Na busca de uma nova compreensão de paz, é importante definir conceitos correlacionados, tais como agressividade, conflito e luta. A partir de Freud, os estudiosos estão distanciando agressividade de violência, conceituando agressividade como a força vital de cada pessoa, necessária para superar os obstáculos e limitações próprios do quotidiano.

Conforme a educadora espanhola Beatriz Aguilera, “a sua ausência provoca passividade. Em princípio ela é neutra, mas através de condicionamentos sócio-culturais (educação, trabalho, história ou sistema social) provocam comportamentos violentos ou não violentos” (Aguilera, 1997, p. 16).

Desta maneira, diferenciando-se entre agressividade e agressão, pode-se caminhar para uma compreensão de paz mais positiva, compreendida como uma acção, mais do que como ausência de algo. Outro aspecto importante é a compreensão do papel dos conflitos nos processos de paz. Tradicionalmente, o conflito costuma ser encarado como o oposto da paz. No entanto, o conflito está sendo visto, actualmente, como “o fundamento da existência da sociedade, e do ser em

sociedade, não só pela divergência de interesses e pela diferença de situação, mas pela posição ocupada na sociedade, pela disposição dos recursos e pelo partido que se toma em questões de disputa. (...) A não-aceitação do conflito e dos mecanismos para enfrentá-los, provoca violência, pois o conflito assume uma feição directa sem mediação. A violência é a substituição da aceitação do conflito pela negação do outro” (Faleiros, 1998, p.8).

#### **4. Breve historial da paz em Moçambique**

A história de Moçambique apresenta-se sob um horizonte instável no que se refere ao tema da paz. Até o ano de 1975, Moçambique viveu sob o jugo colonial português, em estado de escravidão e total dependência. Os contactos entre Portugal e Moçambique começaram pelos fins do século XV, quando Vasco da Gama chegou a Ilha de Moçambique, nos princípios de Março de 1482.

A 25 de Setembro de 1964, foi declarada guerra contra o colono português pelo Comité Central da FRELIMO, nos seguintes termos: “povo de Moçambique, em nome de todos vós, a FRELIMO proclama hoje solenemente a insurreição contra o colonialismo português, com vista à plena independência de Moçambique” (Mondlane, 1976, p.5).

O primeiro ataque deu-se no Norte do país, na província de Cabo-Delgado, a 25 de Setembro de 1964, marcando o início da Luta Armada de Libertação Nacional que culminou com a proclamação da Independência Nacional a 25 de Junho de 1975, ocorrida no Estádio da Machava e solenemente declarada pelo então presidente Samora Moisés Machel. A partir daquela altura, Moçambique foi trilhando, como Nação independente, o seu próprio caminho de paz.

Após a Independência Nacional, a história de Moçambique obedeceu a uma divisão feita em dois períodos: o primeiro, de 1975 a 1992 e o segundo, de 1992 *aos nossos dias*. A eleição desta estrutura deve-se ao facto de o primeiro, que diz respeito ao período que vai da Independência Nacional à assinatura do Acordo Geral da Paz, ser caracterizado pelo regime socialista e o segundo, que é marcado pelo Acordo Geral da Paz e a implementação do sistema multipartidarismo até às sextas eleições gerais, ser caracterizado pelo regime capitalista.

Após a Independência Nacional, Moçambique definiu a natureza e os objectivos do novo Estado que nascia, estabelecendo estratégias económicas e sociais para a melhor satisfação das necessidades do povo num clima coeso e de paz, após longos anos sob o jugo colonial. Na Primeira República, “os factores e os executores da política estatal conheciam o lugar de cada

um e o que tinham que fazer. O Estado moçambicano, pela sua natureza libertária e socialista era, não direi providencialista, mas distributivo” (Ngoenha, 2016, p.79).

Na Primeira República, Moçambique desenvolveu valores de solidariedade, onde estar ao serviço do povo era uma lei moral. Cada membro do Estado e todos os seus funcionários deviam exercer o seu trabalho no lugar alocado, tendo em vista os interesses de todos os moçambicanos e livres da privatização do bem comum. O Estado moçambicano era implacável contra tudo o que, de longe ou de perto, se parecia com a corrupção, desvio de bens públicos, tentativas de enriquecimento pessoal, acumulação individual de riquezas, entre outros comportamentos desviantes, procurando cultivar, ao máximo possível, a paz.

O amor pela pátria imprimiu-se com o socialismo, que se consumou como um dos pilares pelo qual ergueu-se a Nação moçambicana depois de um longo período de opressão e martirização. A cultura do amor ao trabalho perspectivava um Moçambique longe dos conflitos e guerras internas, pois assistiam-se os direitos e os deveres redistribuídos por todo cidadão moçambicano, “onde o direito à escola, à saúde e ao emprego baseava-se no facto de que todo moçambicano devia participar na construção da nação e, conseqüentemente, se tornasse responsável pelo outro” (Ngoenha, 2016, p.79).

A implantação do regime socialista fez com que o destino de Moçambique percorresse numa ideologia unilateral, de uma única família política que, de uma forma directa, assumia-se como detentora da única visão justa para a construção do país. Assim, “o Estado da Primeira República pecava pela sua pan-presença<sup>2</sup>. Ele decidia pela educação, pela saúde, pela moral pública e individual, pela justiça, pelos valores individuais e colectivos” (Ngoenha, 2016, p.80). Não obstante ao esforço de manter a paz e liberdade recentemente adquiridas, na Primeira República assistiram-se também momentos de contendas bélicas, devido a disputa pela governamentação, com interesses de orientar os destinos do país. Moçambique viveu então a sangrenta Guerra Civil, que envolveu o partido da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e o da Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO), causada pelo descontentamento deste último pela forma unilateral e do dissenso na regência governamental do país. A violência ultrapassou todas as regras de comportamento humano na incentivação das matanças entre os filhos da mesma pátria, destruindo os valores sociais, responsáveis pela construção de Moçambique como Nação de paz e coesão.

---

<sup>2</sup> Expressão cunhada por Ngoenha para se referir a um governo que controlava todos os órgãos do Estado.

“O fim da Primeira República resulta tanto da possibilidade do acaso económico do país no início da década de 80 do século passado, quanto de uma violência contraposta entre dois exércitos e da incapacidade de qualquer um deles se impor sobre o outro” (Ngoenha, 2019, p.175) tal que, Moçambique percorreu caminhos da possibilidade da paz, entrando no que a filosofia habermasiana chama de esfera de comunicação, na busca de consenso e entendimento para o alcance da paz no país. O Acordo Geral de Paz foi fruto da dualidade de ideias entre a vontade política da RENAMO e da FRELIMO.

O Acordo Geral de Paz caracterizou a passagem da Primeira à Segunda República. Depois de um período das turbulências causadas pela Guerra dos 16 anos, a Guerra Civil, Moçambique assistiu a possibilidade da paz, mediada pela comunidade de Santo Egídio. Assim, a Segunda República, iniciada com a assinatura do Acordo Geral da Paz em 1992 na Itália - Roma, é marcada por várias conquistas, destacando-se a implementação do sistema multipartidário que culminou com as primeiras eleições democráticas em 1994.

Desde o Acordo Geral de Paz, Moçambique viu-se radicalmente transformado. Tal transmutação deveu-se à transição do marxismo socialista ao capitalismo, onde o povo moçambicano passou a estar livre das ditaduras políticas que se assistiram na última República. A Segunda República é essencialmente caracterizada pelo liberalismo visto como “a livre iniciativa dos indivíduos e a possibilidade de concorrerem uns com os outros” (Ngoenha, 2016, p.80) pelo bem comum.

Em 1994, ano das primeiras eleições democráticas que conduziu à existência de vários partidos políticos, Moçambique passou a ser um campo fértil das desigualdades sociais e de consequente desestabilidade da paz, começando a se assistir muitas formas de discriminação, quer ela de raça, de etnia, de tribo, de região e de partido político, onde o homem moçambicano, em algumas circunstâncias, era privado de alguns direitos da cidadania. As discriminações partidárias, tribais e regionais foram a causa que tornou Moçambique numa Nação não coesa, logo no início da Segunda República. Os atritos partidários entre a FRELIMO e a RENAMO se perpetuaram ao longo da Segunda República onde, enquanto aquele detinha a hegemonia governamental, este reivindicava as vitórias eleitorais, facto que se notabilizou nas eleições de 1999, 2004, 2009, 2014, 2018 e, de modo mais agudizado, nas últimas autárquicas de 2023. “A disputa governamental foi o pano de fundo e motivo de contendas desde a Primeira até a Segunda Repúblicas. Com isso, Moçambique tornou-se numa pista da ocupação de lugares do poder” (Ngoenha, 2016, p.105).



A Segunda República, diferentemente dos esquemas socialistas da Primeira, implantou no país sistemas capitalistas, tendo como ideal a liberdade humana. Segundo a filosofia grega, o liberalismo nasce das posições éticas como aquele que combate o egoísmo dos homens. Segundo Ngoenha, a RENAMO, enquanto reivindica a forma de acesso ao poder, a FRELIMO, partido no poder, no período da Segunda República, torna-se partido acumulador, contrariamente à FRELIMO da Primeira República, que era mais distributiva, ou seja, tornase “na FRELIMO dos proprietários ou dos proprietários das casas, fábricas, terras, chapas, bancos, restaurantes” (NGOENHA, 2016, p.105).

O objectivo da implantação do sistema capitalista no país era de acabar com a pobreza absoluta, causada pela Guerra dos 16 anos. Durante a guerra civil, Moçambique assistiu as destruições das escolas, hospitais, complexos agro-industriais, caminhos-de-ferro e as principais estradas. O sistema capitalista implementado na Segunda República foi uma resposta para solucionar a desordem social que se viveu durante a Primeira República, e por ela, procurar construir um Moçambique coeso, a caminho de uma Nação que possa vivenciar efectivamente a paz. Moçambique viu-se transformado pela expansão da rede escolar-universitária, hospitalar, vias de acessos, condicionamento dos mercados e supermercados, e pelo surgimento das novas indústrias, dentre as quais a mineral da *Mozal*. Segundo Ngoenha, o Estado da Primeira República pecava pela sua interferência em todos os órgãos do país, ao passo que, o da Segunda República peca pela sua ausência no serviço da população, servindo-se a si próprio.

Na Segunda República, Moçambique vive um florescimento das desigualdades sociais pela transformação do Estado servidor público para o Estado servidor de si mesmo em função dos interesses e ganhos individuais. Neste período, notabiliza-se o desnível das oportunidades, do acesso ao ensino, ao trabalho e ao melhor tratamento sanitário. A política moçambicana oscilou, afirma Ngoenha, da democracia à *dólar-cracia*<sup>3</sup>, manipulando assim os valores da democracia que se circunscrevem no serviço do bem comum com vista a construção de uma Nação coesa, longe das desigualdades sociais.

Nos últimos anos, o factor económico teve um impacto monstruoso no agravamento do desequilíbrio social no seio da sociedade moçambicana, assistindo-se ao enriquecimento da classe nobre e ao empobrecimento do resto da população. O ideal do liberalismo implantado no início da Segunda República sentiu-se desvirtualizado dando, assim, espaço para a entrada

---

<sup>3</sup> Termo cunhado pelo filósofo moçambicano Severino Elias Ngoenha para referir à idolatria do capital em detrimento do bem comum.

do neoliberalismo, a chamada economia selvagem, onde abandona-se o objectivo de trazer a maior felicidade à maior dos indivíduos, ou seja, o serviço pela coisa pública segue a lógica do favorecimento da minoria, facto este que pode ser exemplificado claramente no caso das dívidas públicas, contraídas em nome do Estado moçambicano em favor de interesses particulares.

O debate sobre a paz em Moçambique se vincula com o funcionamento económico no país, onde “o campo político invade o económico e confunde-se com ele. Os camaradas de ontem distribuíram entre si as acções dos bancos, Terras, Empresas e criaram uma economia privatizada a partir de meios públicos” (Ngoenha, 2019, p. 174).

A Segunda República vive seu ponto mais alto das desigualdades sociais e a economia virou seu escudo na luta da vida, o que a filosofia grega define como bem comum. Esta luta faz com que a sociedade moçambicana esteja num desnível vital, onde tudo se faz em benefício individual, longe dos princípios de igualdade, fraternidade e liberdade. Tudo isto atenta contra a paz do povo moçambicano.

#### **4.1. Os desafios para o alcance da paz efectiva em Moçambique**

Após percorrido o breve itinerário histórico em torno da paz em Moçambique, podemos indubitavelmente constatar as desigualdades sociais em Moçambique que suplantam o bem comum e atentam contra a paz das populações moçambicanas. Não uma paz entendida como ausência de guerras, mas uma paz que provenha estabilidade económica, da criação de oportunidades para todos, de escolarização e saneamento para todos, da construção de vias de acesso dignas, entre outros elementos que provejam ao cidadão moçambicano a dignidade de ser humano e de imagem e semelhança de Deus seu criador.

Diante dos factos anteriormente ilustrados, constatamos que há uma emergência de um novo itinerário histórico em busca da efectivação da coesão social e da paz em Moçambique, que não se baseia somente em debates bem elaborados e estruturados sobre a paz, sobre a unidade nacional, mas em acções práticas que defendam os interesses comuns, onde a inclusão social seja o fio condutor da construção da nação moçambicana, onde os níveis de oportunidades sejam iguais para todos, onde a justiça seja distributiva, tanto nos ganhos assim como nas sanções, onde a paz seja efectiva.

A democracia moçambicana, que de servidora pública passou a ser servidora de si mesma, deve procurar resgatar os princípios éticos, morais e religiosos para restaurar o primado que lhe é

por direito e origem: ser verdadeiramente o governo do povo. O Estado moçambicano deve refazer-se, com vista a revirar a situação actual vivida pelo povo moçambicano, procurando estratégias de acção com o intuito de ser provedor da paz e da igualdade entre os cidadãos moçambicanos.

A política neoliberal implantada na Segunda República é a principal agravadora das instabilidades vividas em Moçambique, pois como afirma Frederich Hayek, sendo ela uma doutrina socioeconómica que visa ditar as regras para o capitalismo com mínima intervenção do Estado na economia e que defende a necessidade da retirada total do Estado na economia, deixando ao critério dos empresários a regulamentação da economia, a decisão da taxa a estabelecer no mercado, tornando os sectores privados livres para empreender, não passa, porém, de um monstro, que não visa satisfazer os objectivos da maioria, mas criar uma liberdade económica de poucos. Nesta constatação, o autor clarifica que “ao invés de liberdade e prosperidade, servidão e miséria surgem-nos à frente - não é óbvio que forças sinistras frustraram nossas intenções e somos vítimas de algum poder maligno que é preciso dominar antes de retomarmos o caminho para um mundo abandonado” (Hayek, 2014, p.58).

O desafio que Moçambique tem pela frente, pelo que podemos observar, é o da superação das políticas neo-liberais, que tendem a transviar a democracia e a usurpar o bem comum em favor de uma minoria já economicamente estável. Os ataques terroristas em Cabo-Delgado são um exemplo claro dos intentos de alguns em controlar as riquezas daquela região do país, em detrimento da desgraça e martirização das populações daquela parte do nosso belo Moçambique. É necessário que Moçambique faça um caminho rumo a uma Terceira República, onde a paz se efective concretamente e, em gesto de proposta, apresentamos o pensamento de Santo Agostinho como via para a concretização da paz em Moçambique.

#### **4.2. A paz agostiniana como proposta para a efectivação da paz na sociedade moçambicana**

A constante luta para o alcance da paz e da justiça em Moçambique tem sido um desafio enorme para todos os cidadãos, sejam eles estrangeiros ou nativos, uma vez que os governantes do nosso país dão mais importância aos interesses particulares em detrimento do bem comum, desviando totalmente o fim último da política que é, segundo Aristóteles, garantir a felicidade do povo.

A filosofia política de Agostinho parte da compreensão dualístico-platónica dos mundos sensível e inteligível, concebidos em Cidade Terrena e Cidade Celestial respectivamente. Sendo

a vocação da Cidade Terrena alcançar o ideal da Cidade Celestial, Agostinho legitima, naquela, a actividade política, onde o Estado sirva para apaziguar as maleficências dos homens, isto é, para ser mentor da paz efectiva.

Para Agostinho, os governantes são designados por Deus ou exercem o poder em seu Nome<sup>4</sup>, e estes deveriam ter amor por Deus que instituiu os governos. O amor a Deus estende naturalmente a sua estima a todos quantos partilham o mesmo solo pátrio. Por isso “os governantes não deveriam ser dominadores, mas modelos do rebanho ao qual foram confiados, não governando por ganância, mas por dedicação e de boa vontade” (1 Pedro 5,1-4). Sendo eleitos de Deus para o cargo de governo, os governantes deviam tomar por arquétipo a Cidade Celeste, retirando dela os exemplos de governação justa, transparente e fiel, conduzindo os desígnios das nações rumo à paz.

Deus estabeleceu um Estado perfeitamente bom, o celestial, que se baseia no amor e que cria caminhos para a caridade. É uma instituição benéfica para conter as parcialidades das violências do homem com interesses de manter a paz eterna e a ordem. Àqueles que nele se associarem pela mesma causa, vínculo de caridade, formam o Estado de Deus pois, para Agostinho, a caridade é o próprio cerne da moral e o progresso da justiça que faz dos homens cumpridores das leis que são divinas.

Os governos, por sua vez, deveriam ter os olhos fixos na Cidade Celestial para inserir no mundo terreno a harmonia universal cumprindo a sua missão de bons governantes, porque desempenham um serviço compatível com a santidade.

Santo Agostinho mostra que os limites e a compressão do poder na Cidade Celeste são ditados pelas autoridades com vínculo umbilical sob as leis divinas afinados com amoral cristã. Para o hiponate, o homem corrompeu-se pela ambição, na medida em que de Deus afastou-se e teve amor a si, perpetuando a desordem no mundo ao criar a Cidade Terrena.

Em *O Livre Arbítrio*, o hiponate mostra como o próprio homem se torna o autor da desordem na sociedade. A desorientação social surge no momento em que o homem, tomando consciência do bem e do mal, adere ao mal, seguindo os interesses pessoais. Pelo livre arbítrio o homem desfaz a ordem social.

---

<sup>4</sup> Essa concepção agostiniana parte das observações das Sagradas Escrituras, principalmente do livro do Êxodo, quando Deus chamou por Moisés para livrar o povo Hebreu da escravidão do Egito e conduzir à terra prometida (Êxodo 2,21-22).

Agostinho contrapõe-se, assim, à doutrina maniqueísta, a qual foi simpatizante antes da sua conversão. Baseada na oposição dos dois princípios - o dualismo da luz e das trevas – o maniqueísmo atestava a existência do mal desde toda a eternidade, havendo duas naturezas, uma boa e uma má. E mais, essa doutrina “reconhecia igualmente duas almas no homem: uma boa, donde provinham o pensamento, o sentimento e o intelecto luminoso; outra má, que correspondia aos mesmos elementos, mas no estado obscuro” (Lamas, 1973, p.139).

Desta feita, o homem, sendo possuidor do bem e do mal, não estaria em condições de escolher, decidir e ser responsabilizado pelas suas más acções. Santo Agostinho procura ilustrar que a acção do homem é fruto da sua livre vontade que, embora tenha sido criada para o bem, na Cidade Terrena é mal usada, podendo induzir ao pecado e, conseqüentemente, à perpetuação da desorientação social.

Nesta Cidade Terrena, Agostinho afirma que os governantes:

Desejam ter paz e estar providos de todo o género de recursos, mas não é para deles fazerem uso com honradez, isto é, com moderação e sobriedade, com temperança e religiosidade, mas sim para alcançarem infinita variedade de prazeres com dissipações insensatas e, com tal prosperidade, darem origem nos seus costumes, a males piores que as crueldades dos inimigos (Agostinho, 1996, p. 181).

A afirmação agostiniana acima se enquadra perfeitamente na realidade da Segunda República moçambicana em vigor nos nossos dias, uma vez que o Estado procura a paz, não para satisfazer as necessidades do povo sofredor, mas para servir-se a si mesmo, logrando os seus intentos egoístas e egocentristas, longe de qualquer gerência do bem comum de maneira sóbria, temperada e religiosa, levando a cabo uma escravidão pior que a empreendida pelo antigo inimigo colono português. Ainda sobre esta questão, atesta o hiponate: “e nem sequer na vossa segurança procurais a paz da República, mas a impunidade do vosso desregramento” (Agostinho, 1996, p.187).

O tempo que Deus dá é concedido à história para que os habitantes da Cidade Terrena possam se converter e reunir de novo aqueles elementos do mundo quebrado por Adão (Bondade, humildade, paz e justiça) e, com alicerces provisórios, construam uma cidade permanente tendo como arquétipo a Cidade Celeste. Este tempo concedido por Deus aos homens é maioritariamente concedido aos governantes para que estes, em Seu Nome, possam restituir ao mundo a paz outrora perdida deste a transgressão do primeiro homem, Adão.

Os governantes, na Cidade Terrena, devem imitar a Cidade Celeste no seu proceder pois “incomparavelmente mais gloriosa é a Cidade do Alto, onde a vitória é a verdade, onde a dignidade é a santidade, onde a paz é a felicidade, onde a vida é a eternidade” (Agostinho, 1996, p. 281).

Procedendo desta forma, os Estados terrenos proveriam estes valores da Cidade do Alto aos seus habitantes, criando nações de justiça, de paz, de equidade e de harmonia, longe das desigualdades e contendas.

O itinerário para levar a Cidade Terrena do Estado Moçambicano rumo à configuração com a Cidade Celeste faz-se urgente e os governantes da nossa nação devem tornar-se cômnicos de que exercem o poder por e em Nome de Deus. “Se, portanto, desejás chegar a Cidade BemAventurada, evita a sociedade dos demónios” (Agostinho, 1996, p.281).

Aos governantes moçambicanos, a sociedade endemoninhada seria a da Segunda República, envolta no seio da política neo-liberal, que tende a agravar sobremaneira as desigualdades sociais e a retirar a paz do povo moçambicano que vê-se, dia após dia, na miséria e no sofrimento, sem qualquer esperança de remédio e de um futuro melhor e risonho.

Tudo o que possuímos na Cidade Terrena é fruto da benevolência de Deus onnipotente e “é um grande benefício a paz, mas é um benefício do verdadeiro Deus, como o sol, como a chuva e as outras vantagens da vida” (Agostinho, 1996, p. 301).

Se os governantes conduzirem os desígnios da Nação moçambicana pelos caminhos da virtude e do cumprimento dos valores do alto, mereceremos a paz como dom divino gratuito.

A Cidade Celestial, além de ser arquétipo da Terrena, deve servir de iluminação para que os homens se salvem. Agostinho propõe, assim, o retorno da criatura à Deus como condição da ordem moral que é execução fiel da ordem das normas eternas, fazendo os homens reflectirem seus métodos de governação.

A Cidade de Deus parte duma situação concreta, da humildade, caridade e de boa maneira de administração de serviços públicos, por isso os homens, enquanto peregrinos na Cidade Terrena, quanto à administração do Estado, não a devem aspirar sem antes serem perfeitos nisso. Para Agostinho, o cristão só cumpre a tarefa de cidadão à medida que tiver os olhos fixos em Deus, de modo que, mesmo que este ocupe cargos eminentes na Cidade Terrena, jamais deve afastar-se de Deus.

O pressuposto segundo o qual a Cidade Divina é o habitat da perfeita paz, na qual todos os homens aspiram ser cidadãos, subsiste numa relação de harmonia entre Deus, os anjos e os homens, fundamentados no amor e na obediência. Falar de Cidade Divina é fundamentar em torno do arquétipo do qual os homens devem almejar em suas vidas para uma vivência harmoniosa nesta terrestre e efémera cidade, caracterizada por guerra e todo o tipo de maledicência. Facto que:

Damos o nome da Cidade de Deus, de que dá testemunho a Escritura, àquela que rendeu à sua obediência, não por movimentos anímicos fortuitos, mas por disposição da soberana providência, todos os engenhos humanos com a garantia de autoridade divina superior aos espíritos de todas as nações (Agostinho, 1996, p.23).

Na perspectiva Agostiniana, como se pode ver, a Cidade de Deus é aquela em que os cidadãos vivem em conformidade com os mandamentos da lei de Deus, apelando à uma vocação sobrenatural, que se traduz na introdução de valores cristãos na sociedade, visando o bom uso da liberdade.

O resgate e conseqüente implantação dos valores cristãos no seio dos governantes, em particular, e na sociedade moçambicana, em geral, é uma das propostas viáveis do pensamento agostiniano para a implementação da paz efectiva na Cidade Terrena, buscando espelhar-se sempre na perfeição da Cidade Celeste, onde almejamos todos lá estar um dia, na glória eterna. A Cidade de Deus, afirma Santo Agostinho, é repleta de maravilhas. Nela poderemos viver mutuamente sem contendas, pois “esta cidade é eterna, ninguém nela nasce porque ninguém nela morre; nela é verdadeira a plena felicidade que não é uma deusa, mas sim um dom de Deus; dela recebemos o penhor da fé para todo o tempo durante qual, peregrinando, suspiramos pela sua beleza” (Agostinho, 1996, p.522).

Com estas palavras, Agostinho faz uma analogia e mostra as vantagens de pertencer a esta cidade, mostrando-nos quão a nossa sociedade seria feliz se optasse pelo caminho da fé, pelo caminho do bem. Quando Agostinho diz-nos que esta cidade é eterna e ninguém nela morre, quer-nos clarear que nela não existe sofrimento porque tudo é perfeito, todos e cada um trabalham em benefício do outro e nela não há espaço para egocentrismos e nem para contendas.

Os governantes moçambicanos devem servir-se do seu livre-arbítrio, concedido por Deus ao homem desde a criação para fazerem escolhas sábias que conduzam os destinos do país rumo a paz. Santo Agostinho atesta que vontade livre, ou seja, o livre-arbítrio, sem o qual ninguém pode viver com rectidão é um bem divinamente concedido, e que se devem condenar os que

usam mal deste bem. Portanto, a legislação moçambicana devia estar em atura de sancionar devidamente aqueles que, no exercício da sua liberdade de consciência, desviam o bem comum em favor de si mesmos.

Quando a vontade livre, que é um bem médio adere ao bem incomutável, a ele que é um bem comum (para todos), e não privativo (de alguém), do mesmo modo que o é a Verdade (Deus), então está o homem de posse da vida venturosa. Só, na sociedade moçambicana, os cidadãos estiverem na posse da vida venturosa, unindo-se aos critérios da lei e da justiça divinas, é que a vontade alcançará os primeiros e maiores bens do homem, dentre os quais o primeiro é a paz. Assim teremos uma sociedade coesa, onde cada um de nós põe em comum a sua pessoa e todo o seu poder sob a suprema direcção do bem comum e recebemos, colectivamente, cada membro como parte indivisível do todo, promovendo-se uma compacta inclusão social, meio indispensável para a existência de uma sociedade de paz e harmonia.

A efectivação da paz pressupõe a existência da justiça. Santo Agostinho, falando sobre a justiça, atesta que ela reside no amor que brota do coração de Deus. O amor de que fala Agostinho deve ser usado como critério pelo homem para o alcance da paz, que culmina no regresso do homem à cidade de Deus.

O Homem, por amor, deve estar ligado a Deus e ao seu próximo. Por isso, o amor que o homem deve ter pelo seu Criador deve notabilizar-se no amor para com o seu semelhante porque:

O amor dá verdadeira substância à relação pessoal com Deus e com o próximo; o amor é o princípio não só das microrelações estabelecidas entre amigos, nas famílias, no pequeno grupo, mas também das microrelações como relacionamentos sociais, económicos e políticos (Bento XVI, 2009, p.2).

Para uma sociedade justa como proposta para o alcance da paz, é preciso que os princípios de igualdade traçados pelo governo para a sociedade sejam observados, independentemente da classe social que cada cidadão ocupa, porque em todas as sociedades e, particularmente na moçambicana, somente o *“estado está em condições de evitar grandes desigualdades sociais”* (Almeida e Murcho, 2003, p. 100) e de promover a paz. Deste modo, a justiça deve ser a forma pela qual são distribuídos os direitos e deveres fundamentais que determinam a divisão dos benefícios na sociedade.

Desta forma, a sociedade moçambicana tornar-se-ia no reflexo perfeito da Cidade Celeste, trilhando passos galopantes rumo ao futuro escatológico que nos espera, depois de terminada a nossa peregrinação sobre esta terra.



A gloriosíssima Cidade de Deus, que no presente decurso do tempo, vivendo da fé, faz a sua peregrinação no meio dos ímpios, que agora espera a estabilidade da eterna morada com paciência até o dia em que será julgada com justiça, e que, graças à sua santidade, possuirá então, por uma suprema vitória, a paz perfeita (Agostinho, 1996, p.97).

A Cidade de Deus encontraria campo fértil na sociedade moçambicana e viveria a paz arquétipa daquela, enquanto aguarda a vitória da paz perfeita e suprema, no fim dos tempos, quando vier o Supremo Pastor da Glória, para recompensar aqueles que terão usado correctamente o seu livre-arbítrio na gestão da coisa pública.

## CONCLUSÃO

A paz é um elemento indispensável para que os seres humanos possam viver plenamente a dignidade inerente à sua natureza. O déficite de paz em Moçambique, que passou de conflitos armados para uma pseudo-paz, manifesta-se na falta de esperança, de perspectivas de futuro e no acesso limitado a serviços básicos, como saúde, educação, água potável e infraestrutura adequada. Diante deste cenário, é urgente empreender esforços para contribuir para a melhoria da situação.

Santo Agostinho foi um filósofo que se dedicou intensamente ao tema da paz, a qual, embora a concebesse como um bem escatológico, deve ser buscada e alcançada na vida terrena. Baseando-se no pensamento platónico, Agostinho transformou os mundos sensível e suprassensível em Cidade Terrena e Cidade Celeste, respectivamente. Enquanto a Cidade Celeste é o lugar da paz e harmonia perfeitas, os governantes da Cidade Terrena, escolhidos por Deus para o cargo, devem imitar as virtudes da Cidade Celeste, promovendo e garantindo a paz entre seus habitantes.

A trajectória histórica de Moçambique tem sido marcada por períodos de grandes tumultos no que diz respeito à paz. Após anos sob o domínio colonial português, o país conquistou a independência em 1975 e estabeleceu a Primeira República, que culminou na guerra civil de 16 anos, encerrada em 1992 com a implantação da Segunda República. Nesta Segunda República, embora não haja guerras no sentido estrito do termo, a falta de paz é evidente entre os cidadãos moçambicanos devido à corrupção dos ideais dos governantes. Em vez de buscar os princípios da Cidade Celeste, por amor próprio e desprezo a Deus, muitos se concentram em seus próprios interesses.

A aplicação do pensamento de Santo Agostinho à realidade de Moçambique pode oferecer uma contribuição significativa para superar a crise de paz enfrentada pelo país na Segunda República. Os governantes e outros altos intervenientes da política moçambicana poderiam se inspirar na Cidade Celeste proposta por Agostinho em sua obra *A Cidade de Deus*. Embora Moçambique seja um Estado laico, a criação de políticas que promovam a paz duradoura e integrem cidadãos estrangeiros e nacionais no sector empresarial poderia ajudar a transformar as onze capitais do país em réplicas da Cidade Celeste. Além disso, políticas públicas que atendem às necessidades dos cidadãos e combatam problemas como os sequestros e a corrupção poderiam fortalecer a paz e a estabilidade. Dentro deste contexto, os servidores públicos devem adoptar o espírito de servidão que é esperado dos governantes e demais indivíduos envolvidos na administração pública. A corrupção que afecta o setor público moçambicano representa um atentado à paz e afasta o país da Cidade Celeste de Agostinho. Quando um servidor público exige valores para cumprir com suas obrigações, compromete a paz e a integridade do serviço público. Há uma necessidade urgente de o governo criar políticas concretas para a purificação do sector público, garantindo que a administração do bem público promova uma paz duradoura. Um diálogo constante entre o governo e a função pública é essencial para alcançar este objectivo e assegurar que os servidores públicos cumpram seus deveres com integridade e dedicação.

## **BIBLIOGRÁFICAS**

### **a) Autor**

AGOSTINHO, S.(1990). *A Cidade de Deus: contra os pagãos*, parte II, Trad. Oscar Paes Leme, 2ª ed., Vozes; Petrópolis, São Paulo,

\_\_\_\_\_. *A cidade de Deus*. Trad. J. Dias Pereira. 2ª Ed. Volume VIII, Livro XVI a XXII. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

\_\_\_\_\_. *A cidade de Deus*. 2006. Petrópolis; Vozes. V, 12,.

### **b) Complementar**

AGUILLERA, Beatriz *et al.* (1997). *Educar para la paz*. Madrid: Centro de Investigación para la Paz,

ALMEIDA, A. (2003). *Textos e Problemas de Filosofia*. Plátano editora,.

BENTO XVI, P.2009. *Caritas in Veritate*, Coleção voz da Igreja,.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. 2002. Paulus Editora,.

COMBLIN, J. 1960. *Théologie de la Paix*. Paris: Éditions Universitaires,.

DICIONÁRIO UNIVERSAL DA LÍNGUA PORTUGUESA. 1997. Lisboa: Texto editora,

ENCICLOPÉDIA LUSO-BRASILEIRA DE CULTURA, editora Verbo, 7º Volume,

FALEIROS, Vicente de Paula. *A Questão da Violência*. Conferência no IV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social e Política Social, Brasília, 07 de Dezembro de 1998

HAERING, Bernhard. 1984. *Livres e Fiéis em Cristo: Teologia moral para Sacerdotes e leigos*. São Paulo; Paulinas. V. III.

HAYEK, F. 2014 *O caminho para a Servidão*. Edições 70, Lisboa,.

HESÍODO. T. 1995: *a origem dos deuses*. São Paulo: Iluminuras,.

JOÃO, Adriano S. 2019. *A Concepção agostiniana de Paz no Livro XIX da obra a Cidade de Deus*. São Paulo; PUC-SP.

KANT, I. 1989. *A paz perpétua*. Porto Alegre: L & PM Editores,.

LAMAS, M. 1973 *Mitologia Geral*. Editorial Estampa. Lisboa,.

MALDONADO, Maria T. 1997. *Os Construtores da Paz: caminhos da prevenção da violência*. São Paulo, Moderna.

MONDLANE, E. 1976. *Lutar por Moçambique*, Livraria SA DA COSTA Editora, 2ª edição portuguesa, Portugal,.

NGOENHA, Severino. M. 2019– *Regresso ao Futuro*, Real Design – Editora, Maputo,.

\_\_\_\_\_. *Os Tempos da filosofia: Filosofia e Democracia Moçambicana*, 2016. 2ª ed, Imprensa Universitária, Maputo,.

OVÍDIO. 1940 *Les fastes*. Paris: Librairie Garnier Frères,.

SALATINI, R. 2014. *Reflexões sobre a Paz*. São Paulo; Cultura Académica,.

SÊNECA. 1990. *Tratado sobre a clemência*. Petrópolis, Vozes,.

SHARP, G. 1973. *The Politics of nonviolent action, part 1: power and struggle*. Boston: Porter Sargent Publishers,.

TÁCITO. 1973.*La vie d'agricola; La Germanie; Le Dialogue des orateurs*. Paris, Bordas,

VEGÉCIO. 1869.*Les institutions militaires*. Paris: Firmin Didot Frères, Fils et Cie.,

VIRGÍLIO. E.1955.. Porto: Livraria Simões Lopes.